

## Artigo

### **Do trabalho para o trabalho criativo: discutindo a formação profissional**

### **From work to creative work: discussing vocational training**

**Lara Nassar Scalise<sup>4</sup>**

#### **Resumo**

Este artigo, de cunho teórico, tem por finalidade contribuir para a expansão dos estudos na área da Arteterapia, referentes à discussão voltada à necessidade do tema trabalho, como discussão do saber fazer para o saber fazer criativo. Para tanto, fez-se, inicialmente, uma retrospectiva da evolução do conceito histórico do trabalho, considerando a visão de homem como agente de transformação por meio de sua herança histórica. Assim, tem-se o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a criatividade como elemento fundamental para que o indivíduo assuma o trabalho como um processo criativo no qual se observam os fatores intrapessoais, sociais e históricos que visem à ação e intervenção profissional. Ao desenvolver uma atitude profissional transformadora, o mundo e o próprio sujeito se modificam, e, desse modo, ressalta-se a importância de reconhecer a diferença entre o trabalhador reprodutivo e o trabalhador produtivo e criativo. Esse processo leva ao saber fazer criativo capaz de desenvolver ações efetivas que sirvam para melhorar o desempenho profissional. Desse modo, o indivíduo ultrapassa a posição de objeto, pois não só participa, mas

---

<sup>4</sup> Psicóloga. Pedagoga. Especialista em Arteterapia pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutora em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do curso de Pós graduação em Arteterapia pelo INSTED. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1893-7929>. E-mail: [larascalise@hotmail.com](mailto:larascalise@hotmail.com) Rua sete de setembro 1746, Jardim Aclimação, Campo Grande/MS, CEP 79002-130 Celular: (67) 9986014

se transforma em alguém subjetivamente diferente no percurso histórico da sociedade e de sua vida.

**Palavras-chave:** Criatividade; Trabalho; Saber fazer criativo.

### **Abstract**

This article, of theoretical nature, aims to contribute to the expansion of studies in the Art therapy area, referring to the discussion focused on the need and execution of this art's type as a creative work. To this end, initially, a retrospective of the evolution of this work was made, considering the vision of man as an agent of transformation through its historical heritage. Pointing that, the objective is to present a reflection on creativity as a fundamental element for the individual assumes work as a creative process in which intrapersonal, social and historical factors aimed at professional action and intervention are observed. When developing a transforming professional attitude, the world and the subject himself change, and thus the importance of recognizing the difference between the reproductive worker and the productive and creative worker is emphasized. This process leads to "knowing how to do creative" capable of developing effective actions that serve to improve professional performance. Thus, the individual goes beyond the position of object, as he not only participates, but transforms into someone subjectively different in the historical path of society and his life.

**Keywords:** Creativity; Work; Know how to do creative.

Discutimos, aqui, o trabalho como “condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, s/d, p. 269), assumindo-o na perspectiva de uma atividade cotidiana que, além de fazer do homem um ser social, exige que se torne um ser criativo diante das diversidades sociais que lhe são impostas. Compreendemos a prática laboral humana como uma observância ao legado de antepassados, como um

processo sócio-histórico no qual o trabalhador não o assume apenas pelo seu caráter ideológico, mas, efetivamente, para atender à emergência da sociedade.

O homem é resultado daquilo que recebeu das gerações anteriores, portanto, herdeiro do processo acumulativo da sua própria história, refletido por meio do conhecimento e das experiências adquiridas das gerações que o antecederam; desse modo, não podemos deixar de reconhecer que ele é sujeito da ação educativa/criativa resultante das constantes inovações e invenções da história da humanidade.

Diante do exposto, acreditamos que a ciência é um empreendimento humano que se preocupa com as condições sociais, históricas, educativas e culturais, que tem como princípio a superação da dicotomia entre o conceito de objetividade e subjetividade (razão/emoção), colocando o homem como um ser cognoscente, sensível e criativo, que se reconhece como sujeito criador do processo histórico de sua época.

Nesse caminhar, procuramos tratar os fatos históricos como resultados das ações que atenderam às necessidades sociais de cada época; ancestralidade e modernidade podem parecer opostos, mas não são. Dessa forma, temos como objetivo discutir o sujeito criador do produto humano em relação ao trabalho, entendendo-o como um processo interligado às necessidades das sociedades em constante transformação e suas épocas. Esse processo, por meio da ação criativa do homem, tem o poder de estabelecer relações com a natureza, modificando-a, dando origem a novas necessidades e, conseqüentemente, a novas formas de relações para satisfazê-las. Refletimos, portanto, aqui, sobre a formação profissional enquanto ação laboral.

O trabalho, como atividade criativa de transformação, modifica o mundo e o sujeito que o executa. O homem se reconhece no seu trabalho por meio daquilo que constrói; assim, modifica seus hábitos, seu jeito de se vestir, seu modo de se comportar, enfim, de se compreender. Ele não se enriquece apenas pelo acúmulo de

bens, mas também por sua ação, pela experiência, compreendendo a si próprio dentro do processo histórico.

A finalidade desta apresentação é fazer a distinção entre trabalho como atividade laboral e trabalho como atividade humana criativa que transforma o mundo, que perdura além do trabalhador, tendo em vista se inserir num contexto histórico da existência humana.

Acreditamos que o trabalho propicia ao homem a capacidade de produzir a si próprio, enquanto ser ativo e histórico, um ser que é capaz de transformar a natureza e modificar-se a partir dela, continuamente, a cada momento. “O trabalho (...), é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, s/d, p. 269). Nessa perspectiva, trabalho adquiriu uma concepção humana, visto que, como assume Bock (1999), é na relação com outros homens que o indivíduo é capaz de construir formas de satisfações de suas necessidades. É nessa busca de satisfação das necessidades e de sobrevivência que o homem estabelece relações com a natureza, modificando-a, dando origem a novas necessidades e, conseqüentemente, a novas formas de relações para satisfazê-las.

Sendo assim, as relações sociais mudam na medida em que essas necessidades se transformam, criando novas formas de atividades humanas. Nessa direção, o trabalho pode ser entendido como uma atividade humana capaz de transformar a realidade, sendo por ela modificada e sendo reconhecida a partir do momento que avança para um caminho de volta, no resgate de nossos antepassados.

Sabemos que os impactos socioeconômicos e culturais que velozmente se propagam afetam, em diferentes graus, as rotinas de todos os segmentos sociais, gerando mudanças cada vez mais acentuadas na vida do cidadão, e, conseqüentemente, na sua formação enquanto trabalhador. Assim, reconhecer o caráter processual da formação, inserido no decorrer da história, leva-nos a

compreender não apenas a formação do sujeito, mas também o sujeito em formação (JOSSO, 2004).

É no processo histórico, portanto, na análise de uma nova época, bem como na observação sobre o passado, que podemos fazer uma leitura crítica da realidade, de como ocorrem as mudanças significativas e das necessidades emergentes e urgentes da nossa sociedade, o que acaba promovendo uma transformação a partir de uma perspectiva dialética, que visa atender às novas exigências que nos são impostas a cada dia.

Seguindo nessa perspectiva, queremos aqui apresentar, rapidamente, alguns momentos históricos referentes às relações de trabalho, a fim de que, ao final, repensemos as relações atuais e reflitamos sobre a formação profissional, sobre as novas relações de trabalho na sociedade.

### **O trabalho no decorrer da história: uma breve retrospectiva**

Apregoa, a mitologia grega, quando discute o surgimento do homem na terra, que os deuses, ao criarem a terra (dia, noite, vegetação, céus, mares, rios etc.), perceberam que sua obra não estava completa, buscavam entre os animais um que fosse mais nobre; foi então que encarregaram Prometeu de criar a humanidade.

Em nome de sua criação, Prometeu procurou conferir poderes aos homens, com a intenção de torná-la cada vez mais perfeita e, dessa forma, igualá-la aos deuses. Para que assim se concretizasse, entretanto, ele percebeu que seria necessário roubar o fogo dos Deuses e trazê-lo à terra para dá-lo aos homens, a fim de que pudessem construir novas civilizações e alcançar o progresso. Esse elemento fogo asseguraria ao homem a superioridade sobre todos os outros animais.

Irados com a audácia e traição de Prometeu, os deuses pediram para que Minerva criasse um castigo para a humanidade. Assim, Pandora foi criada e enviada à terra com uma caixa para presentear os homens, que, entretanto, seria sua

maldição, pois, quando aberto, despejaria males e misérias sobre a humanidade.

Zeus castiga Prometeu, destinando-o a viver preso a um penhasco, no qual, durante o dia, seria torturado por uma águia que lhe comeria o fígado. À noite, o fígado seria regenerado para que no dia seguinte fosse comido novamente; tal destino causava terríveis dores e sofrimento a Prometeu.

O importante para nós, nessa história, é o significado que esse mito atribui ao trabalho: entre os castigos mandados pelos deuses estava o trabalho, que traria sofrimento e dor aos homens, pois seria através dele que garantiriam sua sobrevivência.

Segundo Stevanato (1995),

[...] com o roubo do fogo sagrado, que é uma metáfora da emancipação da humanidade do seu estado primitivo, os homens teriam perdido sua ingenuidade, daí não mereceram mais a generosa atenção dos deuses que os mantinham vivos e, por isso, serem amaldiçoados com diversas pragas, entre as quais o trabalho. Para sobreviver, deveriam trabalhar duro todos os dias. O trabalho era para os homens o que a águia foi pra Prometeu: uma terrível maldição (STEVANATO, 1995 apud TRACTENBERG, 1999, p.16).

Nessa perspectiva, a palavra trabalho, originária do latim vulgar “tripalliare”, significa “torturar”, que, por sua vez, deriva do latim clássico “tripalium” - um antigo instrumento formado por três pontas cuja finalidade era a de prender os animais, como forma de aprisionamento e tortura. Evidencia-se, portanto, que o trabalho, na Grécia Antiga, era concebido como castigo, o que explica o fato de que era realizado somente pelos escravos, considerados não cidadãos, ou seja, os desafortunados.

Ao entrarmos nos modos da organização do sistema feudal, percebemos que as relações de produção eram baseadas numa hierarquia clara e estável, caracterizada pela servidão do trabalhador ao senhor feudal. Aos homens livres e cidadãos, era permitido que dedicassem seu tempo à filosofia, à política e à contemplação.

Com o desmoronamento do feudalismo houve um grande processo de migração do campo para as cidades, em busca de sobrevivência e de uma nova forma

de organização social; os camponeses deixaram o trabalho no campo em busca de atividades relacionadas ao comércio e artesanato.

Nesse momento, a produção artesanal se organizou por meio das corporações de ofício com fins lucrativos e comerciais, atendendo a uma classe em ascensão denominada burguesia, que trazia consigo o objetivo de derrubar a ordem feudal em defesa de uma nova visão liberal de homem.

É nesse momento histórico que o trabalho passa a ser considerado uma das atividades produtivas essenciais e mais importantes para promover e garantir a produção e o acúmulo de riqueza; no processo de migração dos camponeses para a cidade, que iam atrás do sonho de uma vida melhor, eles começaram a oferecer a única coisa que possuíam, que era a força de seus braços.

Como, então, foi utilizada essa mão-de-obra para o trabalho? Tendo como base as ideias liberais da burguesia, de emancipação do homem, o trabalhador, que antes era servo, com sua liberdade torna-se seu próprio proprietário, podendo vender sua força de trabalho por um salário que garantisse sua sobrevivência.

Dessa retomada histórica podemos concluir que esse novo modo de produção, de exaltação do trabalho e da necessidade de assegurar riquezas, marca o fim do feudalismo e exige novas formas de relações de trabalho subordinadas a uma nova organização social denominada capitalismo.

Manacorda (1999) explicita que na Idade Moderna houve uma transformação profunda no modo de produção dos bens materiais necessários a vida, e faz uma análise muito interessante sobre essa mudança, utilizando, como exemplo, a atividade artesanal e a forma como foi se modificando até chegar à indústria.

Inicialmente a produção era artesanal e individual, realizada nas oficinas, que eram associadas às corporações de artes e ofícios; logo depois, passou-se a uma

fase de iniciativa, na qual o mercador capitalista, deixando de lado as corporações, destinava sua matéria prima e o processo de produção a pessoas que não eram associados a ele, mas que estavam sob o seu controle.

O momento sucessivo é o da manufatura, no qual teve início a primeira divisão do trabalho: cada trabalhador, então, tinha sua rotina de trabalho, realizando somente uma pequena parte do processo produtivo como um todo. Finalmente, passou-se ao sistema da fábrica e da indústria, com a utilização de máquinas; a força produtiva não era mais fornecida pelo homem, mas pela água dos rios, pelo carvão mineral, reduzindo o homem a simples acessório da máquina em funcionamento.

Concluimos, nesse sentido, que anteriormente, no sistema de manufatura, era o trabalhador quem comandava sua própria habilidade e tempo de trabalho; posteriormente, com a introdução da máquina nos modos de produção, o trabalhador passou a ser um mero acessório da maquinaria, sendo necessário que se adaptasse ao ritmo da máquina.

Manacorda (1999) afirma que, com o desenvolvimento industrial, nada mais pertence ao artesão, nem seu lugar de trabalho, nem sua matéria prima, seus instrumentos de produção, tampouco a capacidade própria de produzir seu próprio produto e de vendê-lo; tudo fica sob o domínio desse novo modelo de mercado - o capitalismo. Dessa forma, além de ter sido expropriado de sua ciência, esse artesão precisou se adaptar às novas regras de mercado e produção.

O século XIX, portanto, foi marcado profundamente pela utilização das máquinas no processo de produção; desse modo, a mão-de-obra não precisaria mais ser qualificada, dispensando, então, a especialização e a resistência do trabalhador.

A busca por maior produtividade e lucratividade cresceu e o avanço tecnológico se fazia necessário. Surge, portanto, segundo Barbara (1999), o sistema fordista, que

tinha por objetivo atender às necessidades de um mercado consumidor e de demanda crescente. Desse modo, através da esteira rolante criada por Henry Ford, cuja característica essencial era a produção em série e pouco variada, foi possível reduzir custos e elevar, ao máximo, o aproveitamento da técnica de decomposição do processo de produção, ou seja, da divisão do trabalho, em que cada trabalhador realizava uma parte do todo da produção, criada por Taylor.

Segundo Tractenberg (1999),

[...] a organização era encarada como máquina, um sistema fechado cujas tarefas complexas deveriam ser parceladas, uniformizadas e otimizadas ao máximo, visando o aumento da produtividade. O planejamento e controle deveriam ser rígidos a fim de evitar falhas na linha de produção. Os trabalhadores deveriam ser ‘cientificamente’ selecionados e treinados até alcançarem o grau máximo de especialização e rendimento. A divisão, especialização e racionalização da força de trabalho foram levadas ao extremo com o Fordismo. A linha de produção, por um lado, aumentava sua eficiência, por outro, conduzia o trabalho ao máximo de desumanização (TRACTENBERG, 1999, p. 16-17).

Transportando-nos a uma análise atual, deparamo-nos com Drucker (1999), para quem o “fator produção” não seria a terra ou a mão-de-obra, muito menos o capital – que, então, passaram a ser secundários -, mas o conhecimento, que substituíra capitalistas e proletários por trabalhadores do conhecimento. O que passa a ser valorizado, nesse momento, são a produtividade e a inovação diretamente relacionadas com a aquisição de conhecimento; portanto, os principais grupos sociais passaram a ser os trabalhadores do conhecimento. Vejamos a seguinte analogia: antes os capitalistas sabiam como alocar o capital; agora os executivos devem saber como alocar o conhecimento para fins produtivos.

O discurso social afirma que o desenvolvimento e a expressão do potencial criativo são de grande importância, não só para o indivíduo, como também para a sociedade, pois é da criatividade que depende o próprio desenvolvimento da humanidade.

Podemos observar, no correr da história, que as relações de trabalho sempre estiveram baseadas nos princípios de poder de cada época; hoje, sociedade do conhecimento, como as organizações lidam com a questão do poder?

Segundo Rabaglio (2001), o perfil de competências é o diferencial competitivo de cada pessoa, de cada organização, que reconhece tanto as competências técnicas como o conhecimento, as habilidades técnicas ou funções específicas a desempenhar de acordo com sua tarefa. Junte-se a estas as competências comportamentais, que se configuram como atitudes e comportamentos compatíveis com o desempenho e realização de tarefas. São exemplos de competências comportamentais: criatividade (ponto central desta discussão), iniciativa, habilidade de relacionamento interpessoal, comunicação verbal, liderança, negociação, empreendedorismo, espírito de equipe, bom humor, entusiasmo, espírito de servir, humildade, extroversão, persuasão, atenção a detalhes, participação, cooperação, facilidade para trabalhar com metas, foco em resultados, flexibilidade, empatia, agilidade, entre outros.

Saímos do ponto em que o recurso organizacional mais importante era o capital financeiro para dar destaque a outro recurso imprescindível para as organizações - o capital intelectual. Hoje precisamos de organizações que valorizem não só o conhecimento, mas também as atitudes comportamentais mais adequadas, o que podemos considerar como o recurso do capital humano.

Os meios de produção, que eram a base do capitalismo, estão, neste momento, nas cabeças e nas mãos dos trabalhadores. Drucker (1999) expõe que Marx havia sonhado com o que está acontecendo, porém de uma maneira jamais imaginada por ele, tendo em vista que as pessoas de dinheiro não são as maiores detentoras dos meios de produção; os bens não são mais controlados como antes,

haja vista que as pessoas conduzem os meios de produção por meio de suas ideias e atitudes, como seus próprios proprietários.

Diante dessa perspectiva, o que esperar em relação ao futuro? Em que se basearão as novas relações com o trabalho? Quais serão os princípios que irão reger o fator produção? Acreditamos que esses princípios estarão diretamente relacionados ao fator criatividade, inovação, à habilidade de reconhecer e responder, rapidamente e com precisão, a situações novas e imprevistas.

Com certeza, a história, daqui a algum tempo, contará, mas há quem aposte que estamos caminhando rapidamente para uma nova era - a Era da Intuição -, que terá como produto direto do trabalho a experiência e habilidade humana que foram estocadas na forma de conhecimento, refletindo um novo tipo de trabalhador - o empreendedor.

Para Dolabela (1999), na formação de empreendedores, o fundamental é preparar as pessoas para aprender a agir e pensar por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção.

Hoje é necessário que, cada vez mais, consigamos conciliar o mundo do trabalho com o prazer da realização humana. Esse requisito decorre dessa nova sociedade, que “requer uma educação intercultural quanto aos conhecimentos e aos valores, assim como vontade de corrigir a desigualdade das situações e das oportunidades” (TORTAJADA, 2002, p. 27).

Sabe-se que foi nas décadas de 1970 e 1980 que “o processo criativo, que até então era considerado inacessível a uma investigação empírica, passou a ser intensamente pesquisado” (ALENCAR; FLEITH, 2003, p. 62). Assim, começou-se a dar importância não apenas a descrever ou prever o comportamento criativo, mas

a examinar os processos criativos em suas formas de manifestação, quais as suas variáveis que influenciariam e, por consequência, interferiram nesse processo; somente de 1980 em diante assumiu-se uma visão sistêmica da criatividade como resultado da interação do indivíduo em seu contexto sociocultural, mudando o paradigma de que se trata de um fenômeno individual, que ocorre dentro dos indivíduos, para se considerar um fenômeno decorrente dos ambientes familiar e escolar, bem como o social, o cultural e o histórico.

Houve, por parte dos pesquisadores internacionais, um consenso que abrangia, em relação à criatividade, a compreensão de um processo que resultava da interação de processos cognitivos, características da personalidade, variáveis ambientais e elementos inconscientes, dando ênfase à necessidade de se criarem novas formas de as várias dimensões do fenômeno criativo serem avaliadas (WECHESLER, 1993; PRIMI, 2005).

Segundo Primi (2005), na última década tem sido cada vez mais esperada uma atitude criativa do sujeito para os mais diversos tipos de ambientes, como os educacionais e empresariais. Vivemos a necessidade do viver criativo, não somente como algo voltado à solução de problemas ou à eficácia para o trabalho, mas também como uma questão de realização tanto profissional como pessoal para o indivíduo.

Assim, o conceito criatividade tem, hoje em dia, sido utilizado como sinônimo de saúde mental, por parte dos estudiosos do tema, sendo apontado como impulsionador da realização pessoal e profissional, de um desempenho inovador; é comum que as pessoas criativas sejam referidas como pessoas com excelente saúde mental; portanto, criatividade deve ser uma qualidade almejada pelo trabalhador, aliás, por qualquer pessoa.

Nessa perspectiva, Wechesler (1993, p. 41) afirma: “[...] toda pessoa tem capacidade de ser criativa, cada pessoa tem uma maneira diferente de expressar sua criatividade” e acrescenta, no entanto, que para a realização do potencial criativo é necessário que se compreendam três elementos: o motivo, que significa o desejo e a crença de que todos podem ser criativos; os meios promovidos pelas habilidades e os conhecimentos apropriados para o desenvolvimento da criatividade; e, finalmente, a oportunidade, que deve abranger a consciência de oportunidades em potencial, a de criar oportunidades e a de lidar com as pressões contrárias à criatividade.

### **Criatividade e Formação Profissional: a relação trabalho e trabalho criativo**

Para discutir a relação trabalho e trabalho criativo, foi necessário que resgatássemos uma retrospectiva da evolução do trabalho, considerando-se a visão de homem como agente de transformação por meio de sua herança histórica.

Dessa forma, não conseguimos pensá-lo separado de sua realidade social, pois é nas relações sociais que o homem se constitui e intervém no mundo; portanto, essa concepção está baseada em um mundo social e histórico, desse modo, mutável.

Para Kuenzer (1998), a parcelarização das tarefas, o saber fazer de natureza psicofísica, derivado da experiência, acaba se aproximando do conceito do saber tácito, dando lugar a um novo conceito de trabalho em que, a partir da microeletrônica, o trabalhador necessita de um conhecimento das máquinas enquanto produto e processo, dessa forma supõe que o mesmo deva ter o domínio do conhecimento científico e tecnológico.

Esse tipo de saber demanda que o conhecimento sobre a ação seja ampliado pela simples execução da tarefa. A prática, ressalta o autor, não está dissociada do

trabalho intelectual, e acrescenta que esse processo precisa exceder a razão e incluir afetos, sentimentos, valores e emoções na sua *práxis*.

A partir do debate apresentado, emergem novas relações sociais que, por sua vez, estabelecem uma nova formação diante da relação sujeito e trabalho. Nessa perspectiva, o trabalhador assume seu papel de agente histórico da transformação da realidade, da capacidade crítica e criativa que essa prática promove, ao colocá-lo na relação educativa em movimento e não em processo de acomodação e ajustamento.

Assim, assumimos uma posição teórica da constituição do “ser profissional”, da relação concreta da vida social, entendendo-as como via fundamental na constituição do psiquismo humano resultante das transformações históricas e sociais por meio da análise dos efeitos que estas produzem na formação do trabalhador que se encontra imerso nesse processo.

É no processo, portanto, histórico, na análise de nova época, bem como na observação sobre o passado que podemos fazer uma leitura crítica da realidade, de como se constitui para que ocorram mudanças significativas de acordo com as necessidades emergentes e urgentes da nossa sociedade, assim, promovendo uma transformação a partir de uma perspectiva dialética, sempre atendendo às novas exigências que nos são impostas.

Desse modo, entendemos que formar profissionais implica possibilitar, ao futuro trabalhador, a capacidade de elaborar e reelaborar conhecimento por meio da ação criativa. Daí a necessidade de se formarem profissionais que, conhecendo o passado, compreendam os movimentos da sociedade contemporânea e sejam capazes de enfrentar novas situações novas que se interpõem no trabalho.

A partir dessas questões, encontramos-nos diante de novas necessidades sociais e humanas, e, dessa forma, em meio à procura de novas propostas de intervenções sociais, o que acaba configurando um presente imerso em contradições e crises. Nesse cenário, reconhecemo-nos como responsáveis na construção de um novo caminho a percorrer, determinando o futuro de novos processos educativos que procurem atender à formação de um trabalhador que enfrente as novas demandas.

Em pleno século XXI, em que estão baseadas as nossas práticas educativas? Quais as novas estruturas sociais? Qual o ideal que se tem em relação ao homem que se pretende formar em nossa época?

Assim, ao renovar conteúdos e experimentar novas metodologias, vamos procurando um novo encaixe no que se refere à compreensão da educação/sociedade, tal qual ela se apresenta hoje.

Antes de analisarmos nossa ação educativa, devemos nos reconhecer herdeiros de uma história que, desde a antiguidade até o início do século XIX, fundamentava-se no predomínio de uma prática geradora de aprendizagem passiva e receptiva, na qual se disseminavam atividades mnemônicas, fundamentadas na repetição, por meio das quais não se levava em conta que os indivíduos as compreendessem; o interesse era o de apenas manter a ordem social vigente de acordo com as divisões classistas entre dominantes e dominados.

Por meio da arte, a função criadora coloca o sujeito como artífice e produtor do trabalho, garantindo-lhe condições de reflexão; daí o seu caráter formador. Na versão de Ostrower (1985), compartilhada por Reis (2014), criar é, também, formar ou mesmo dar forma a algo novo. Esse processo permite que o sujeito se organize internamente, produza novos sentidos, elabore-os por meio da integração de significados e os comunique; daí o poder transformador da arte como ação criadora.

Vale ressaltar que “estudar a criatividade focalizando apenas o indivíduo é como tentar compreender como uma macieira produz frutos olhando apenas para árvore e ignorando o sol e o solo que possibilita a vida” (CSIKSZENTMIHALYI, 2004, p. 8).

Uma saída para o processo parece ser a abordagem sobre “o saber fazer criativo”, cuja expectativa é a de que o profissional seja capaz de investigar e de desenvolver ações efetivas que sirvam para melhorar o desempenho profissional.

Assim, entender os sentidos que assumimos nas relações em que vivemos passa, fundamentalmente, pela premissa de que o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado, produto de um processo que impõe significados para as práticas humanas e que determinam as ações, ao mesmo tempo em que assume sua característica histórica.

Ao trazer para discussão a criatividade e subjetividade na perspectiva cultural e histórica, Martínez (2006, p. 70) explicita que

a criatividade é um processo complexo da subjetividade humana na sua simultânea condição de subjetividade individual e subjetividade social, que se expressa na produção de “algo” que é considerado ao mesmo tempo “novo” e “valioso” em determinado campo da ação humana.

Em suma, o processo histórico no qual a realidade social se transforma, buscando sempre novas formas de produzir a vida, exige, na mesma proporção, outras formas de organização social. Considerando-se que é o trabalho que dá ao homem a capacidade de produzir a si próprio como ser ativo e histórico, um ser que é capaz de transformar a natureza e de modificar-se, continuamente, a partir dela, o trabalho criativo dará ao homem a possibilidade de gerar formas mais adequadas e até mesmo inéditas de se recriar, mediante o movimento atual de uma sociedade em constante transformação.

Por tudo isso, a formação desse profissional de hoje deve procurar seus novos modelos, distanciando-se de antigos padrões acadêmicos e fazendo com que o aluno-trabalhador aprenda a viver as artes relacionadas à sociedade. Essa será uma nova ação educativa que se mostrará ativa, vital e progressiva, ou seja, uma educação que pretende descobrir o mundo por meio da aplicação de novas técnicas e métodos, assumindo a criatividade como uma das competências necessárias.

Esta discussão é de grande valor para a formação profissional, tendo em vista o reconhecimento que poderá promover ao assumir uma posição teórico-prática contemporânea intimamente relacionada à constituição de um profissional criativo nas e a partir das práticas sociais atuais.

Portanto, por meio de uma sólida fundamentação teórico-prática a respeito da importância da criatividade e o desenvolvimento da competência profissional que promoverão a construção de novas ações em relação ao mundo do trabalho, formar-se-á um trabalhador corresponsável pelos processos sociais de sua época.

É fundamental que o profissional seja capaz de desenvolver ações efetivas que busquem melhorar seu desempenho em relação ao seu saber fazer para um saber fazer criativo.

Acreditamos que os estudos sobre a criatividade são essenciais para que o indivíduo assuma o trabalho como um processo criativo sob a influência de fatores intrapessoais que visem à ação e intervenção profissional. Reconhecemos que por meio do ato educativo é possível desenvolver uma atitude transformadora, que modifica o mundo e o próprio sujeito, e, desse modo, estabelecendo a diferença entre o trabalhador reprodutivo e o trabalhador produtivo e criativo.

Entendemos que formar profissionais implica possibilitar, ao futuro trabalhador, o entendimento dessa globalidade e, conseqüentemente, a capacidade de elaborar e

reelaborar conhecimento através da ação criativa, que lhe permitam atuações mais articuladas e efetivas. Daí a necessidade de formação de profissionais que entendam os movimentos da sociedade contemporânea, capazes de enfrentar as situações novas que certamente surgirão à frente.

O fundamental é preparar as pessoas para aprender a agir e pensar por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção.

A experiência de criar algo ocorre mediante o desenvolvimento de atitude crítica para se relacionar com uma nova configuração da realidade, conforme pontua Alessandrini (2001, p. 105)

Apenas uma pessoa que aprendeu conteúdos de forma dinâmica e participativa pode sentir-se com autonomia para procurar desvendar os meandros na descoberta do modo de resolver problemas. Consideramos que esta postura interna dinamiza um potencial criador de novas formas direcionado para o que emerge como mais significativo e, portanto, como caminho a seguir.

Trata-se de uma via que considera a vida uma obra de arte e que assume o sujeito nas suas relações como responsável por esse ato criador. Assim, consideramos o homem um ser criativo e criador, tendo a “[...] a arte, como conhecimento da vida” (VIGOTSKI; 2001, p. 328). Dessa forma, pela vida como obra de arte é que vemos e sentimos o mundo e não simplesmente pela matéria. “A arte está para a vida como o vinho para a uva.” (VIGOTSKI, 2001, p. 307).

Associando arteterapia e criatividade, reconhecemos que o fazer artístico é reconhecido como condutor de novas formas de compreensão do sujeito, sendo capaz de promover e identificar sentimentos e possibilitar ao sujeito a produção de sentidos subjetivos, os quais se constituem indicador de transformação pessoal daquele que cria sua própria arte. A criação é pilar na arteterapia, pois os produtos

das atividades artísticas tornam-se material de reflexão sobre os motivos que moveram a procura pela psicoterapia.

Por meio destes recursos que se pode relacionar a realidade e a fantasia, o mundo interno e o externo, dando voz e visibilidade aos nossos conteúdos simbólicos, com os quais podemos, então, dialogar e nos quais podemos nos espelhar, propiciando o autoconhecimento e o desenvolvimento saudável da personalidade.

Na arteterapia valoriza-se a atividade criadora em detrimento do seu produto, porque é no processo que a mediação se efetiva e por consequência, paulatinamente proporciona ao indivíduo condições de se posicionar como sujeito que aprende no percurso a transformar o seu potencial para encontrar os problemas e também construir estratégias para solucioná-los.

A partir dessas reflexões teóricas podemos nos apoiar na ideia de que o processo de formação profissional vai além das dimensões técnicas e tecnológicas - sem querer desvalorizá-las, o que acaba nos obrigando a compreendê-lo, em relação ao contexto sócio-histórico em que vivemos, a partir da construção de um perfil baseado em competências comportamentais e emocionais.

Ao considerarmos sujeitos em formação, ultrapassamos a posição de objetos de formação, pois não só participamos, mas vamos nos transformando, educando, tornando alguém subjetivamente diferente no percurso histórico da sociedade e de nossas vidas.

**Data de recebimento: 13.11.2019**

**Data de aceite 1º parecerista: 05.08.2020**

**Data de aceite 2º parecerista: 17.08.2020**

## Referências

ALENCAR, E. S. de; FLEITH, D. S. **Criatividade**: múltiplas perspectivas. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 220p.

ALLESSANDRINI, C. D. Criatividade e educação. In: VASCONCELOS, M. S. (Org.) **Criatividade**: psicologia, educação e conhecimento novo. São Paulo, SP: Moderna, 2001, p.97-112.

BARBARA, M. M. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e Desemprego: Percepção e Sofrimento do trabalhador. **Psicologia Ciência e Profissão**, 1999, ano 19, n. 1, p. 30-49.

BOCK, A. M. **Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia**. São Paulo: Cortez, 1999.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Creativity. In: ALENCAR, E. M. L. S. & FLEITH, D. S.

Contribuições teóricas recentes ao estudo da criatividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília. Volume 19, n.º 1, 2003, p.1-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n1/a02v19n1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1999

DRUCKER, P. F. **Sociedade Pós-capitalista**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K. & ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa- Omega. p. 268-280.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KUENZER, A. Z. Desafios teóricos-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

MANACORDA, M.A. **História da educação. Da antiguidade aos nossos dias**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 382p.

MARTINEZ, A. M. criatividade no trabalho pedagógico e criatividade na aprendizagem: uma relação necessária? In: TACCA, M. C. V. R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006, p.69-94.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PRIMI, R. (org). **Temas de avaliação psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 325 p.

RABAGLIO, M. **Seleção por competências**. São Paulo: Educador, 2001.

REIS, A. C. Arteterapia: a Arte como Instrumento no Trabalho do Psicólogo.

**Psicologia: Ciência e Profissão**, 2014, 34 (1), 142-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n1/v34n1a11>. Acesso em: 4 abr. 2019.

STEVANATO, L. A. Os significados do trabalho. **Viver Psicologia**. v. 3, n. 32, maio, p.19-21.

THOMPSON, P. (1935). **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORTAJADA, I.; FLECHA, R. Desafios e saídas educativas na entrada do século. IN: IBERNÓN, F. (Org.) **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. 2. ed. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.

TRACTENBERG, L. A. Complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. **Psicologia ciência e profissão**, 1999, ano 19, n. 1, p. 14-29.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WECHSLER, S. M. **Criatividade**: descobrindo e encorajando. Campinas/SP: Editorial Psy, 1993